

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Maria é mais nova que Roberta e Joana é mais velha que Sílvia, que tem a mesma idade de Roberta. É correto concluir que:

- A. Maria é mais velha que Sílvia.
- B. Roberta é mais jovem que Joana.
- C. Maria é mais velha que Joana.
- D. Sílvia é mais jovem que Maria.
- E. Maria e Joana têm a mesma idade.

2. Em sua empresa, quando Hugo trabalha além do tempo regulamentar, esse tempo extra é computado e acumulado em minutos. No fim do mês, somente os números inteiros de horas extras trabalhadas são pagas na razão de R\$ 54,00 por hora. No mês de maio, Hugo trabalhou, além do tempo regulamentar, por 500 minutos. O valor que Hugo recebeu a mais pelas horas extras foi de:

- A. R\$ 324,00.
- B. R\$ 378,00.
- C. R\$ 432,00.
- D. R\$ 450,00.
- E. R\$ 486,00.

3. Considere as afirmações a seguir:

- Alguns concurseiros são aprovados no concurso.
- Alguns concurseiros estudam para a prova do concurso.

De acordo com essas afirmações, assinale a única alternativa que contém uma conclusão logicamente verdadeira:

- A. Certamente os concurseiros que são aprovados estudaram para a prova do concurso.
- B. Não é possível ser aprovado estudando para a prova do concurso.
- C. Todos os concurseiros serão aprovados no concurso.
- D. Nenhum concurseiro pode ser aprovado sem estudar.
- E. Pode existir um concurseiro que não estudou e mesmo assim foi aprovado no concurso.

4. De um grupo de 200 estudantes, 80 estão matriculados em Francês, 110 em Inglês e 40 não estão matriculados nem em Inglês nem em Francês. Seleciona-se, ao acaso, um dos 200 estudantes. A probabilidade de que o estudante selecionado esteja matriculado em pelo menos uma dessas disciplinas (isto é, em Inglês ou em Francês) é igual a

- A. 30/200
- B. 130/200
- C. 150/200
- D. 160/200
- E. 190/200

5. Os advogados Miguel e Lucas conversam sobre determinado processo que vão receber.

- Miguel: Se esse processo é de “danos morais” então tem 100 páginas ou mais.
- Lucas: Não é verdade.

O que Lucas disse é logicamente equivalente a:

- A. esse processo não é de danos morais e tem 100 páginas ou mais;
- B. esse processo não é de danos morais ou tem menos de 100 páginas;
- C. se esse processo não é de danos morais então tem 100 páginas ou mais;
- D. se esse processo é de danos morais então tem 100 páginas ou menos;
- E. esse processo é de danos morais e tem menos de 100 páginas.

6. De um argumento válido, sabe-se que suas premissas são:

- I. Se a investigação é feita adequadamente e as provas são consistentes, então é certo que o réu será condenado.
- II. O réu não foi condenado.

Dessa forma, uma conclusão para esse argumento está contida na alternativa:

- A. A investigação não foi feita adequadamente e as provas não foram consistentes.
- B. A investigação foi feita adequadamente ou as provas foram consistentes.
- C. A investigação não foi feita adequadamente, mas as provas foram consistentes.
- D. A investigação não foi feita adequadamente ou as provas não foram consistentes.
- E. A investigação foi feita adequadamente, mas as provas não foram consistentes.

7. Antônio, Manoel e José são irmãos, Marina e Maria são filhas de Antônio, Manoel casou-se com Maria e Pedro é filho deste casal. Considere as seguintes proposições, e assinale com V as verdadeiras e com F as falsas:

- () Pedro é neto de Antônio e não tem outra relação de parentesco com Antônio.
- () Manoel casou-se com uma sobrinha.
- () A relação de parentesco de José com Pedro é apenas de tio-avô.
- () Marina é sobrinha e cunhada de Manoel.

A sequência correta, de cima para baixo, é:

- A. V, V, F, F.
- B. F, F, V, V.
- C. V, F, V, F.
- D. F, V, F, V.

8. Considere as seguintes proposições:

P1: Se Irene é grapiúna, então Marcio é soteropolitano.

P2: Se José não é baiano, então Xande não é nordestino.

P3: Luiz é porto-segurense se, e somente se, Khaled é teixeirense.

Pode-se afirmar que

- A. Xande ser nordestino é condição necessária para José ser baiano.
- B. Luiz ser porto-segurense não é condição necessária e suficiente para Khaled ser teixeirense.
- C. Irene ser grapiúna é condição suficiente para Marcio ser soteropolitano.
- D. José não ser baiano é condição necessária para Xande não ser nordestino.

9. A sentença "Não é verdade que a Universidade Federal do Sul da Bahia é uma autarquia e tem sede no município de Itabuna" equivale a:

- A. A Universidade Federal do Sul da Bahia não é uma autarquia e não tem sede no município de Itabuna.
- B. A Universidade Federal do Sul da Bahia não é uma autarquia e tem sede no município de Itabuna.
- C. A Universidade Federal do Sul da Bahia não é uma autarquia ou não tem sede no município de Itabuna.
- D. A Universidade Federal do Sul da Bahia não é uma autarquia ou tem sede no município de Itabuna.

10. Uma caixa contém seis cartões pretos, cinco vermelhos, nove azuis e dez verdes. A probabilidade de se retirar, ao acaso, um cartão que NÃO seja verde é:

- A. $1/3$.
- B. $2/3$.
- C. $2/5$.
- D. $3/7$.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. O Poder Judiciário deve se nortear pela atividade satisfativa dos direitos discutidos em juízo. Nessa vertente, o Código de Processo Civil de 2015 (Lei Federal nº 13.105/15) tutela, entre suas normas fundamentais, o princípio da primazia da resolução do mérito. Com base nas normas processuais em vigor que tratam do instituto da coisa julgada e dos seus efeitos, assinale a alternativa correta.

A. Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

B. Haverá resolução de mérito na sentença que homologar a desistência da ação por parte do autor da demanda.

C. Em regra, além da parte dispositiva, também fazem coisa julgada os motivos e a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença.

D. O Código de Processo Civil de 2015 (Lei Federal nº 13.105/15), prestigiando o princípio da igualdade material entre as partes, não mais prevê a sistemática da remessa necessária ou do duplo grau de jurisdição obrigatório às sentenças proferidas contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público.

2. De acordo com o CPC, no que se refere aos atos processuais, cabe ao servidor:

A. Documentar sentenças pronunciadas oralmente, dispensada a revisão pelo juiz.

B. Praticar os atos ordinatórios de juntada e vista obrigatória, com revisão do juiz, se necessário.

C. Tomar decisões interlocutórias, com a revisão do juiz, se necessário.

D. Documentar acórdão pronunciado oralmente, dispensada a revisão pelo juiz prolator.

E. Redigir despachos, com a revisão do juiz, se necessário.

3. Segundo o Código de Processo Civil 2015, sobre os atos processuais, é correto afirmar:

A. Em regra, dependem de forma determinada, considerando-se inválidos os realizados de outro modo, ainda que preenchida a finalidade essencial.

B. São públicos, todavia, podem tramitar em segredo de justiça quando versarem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.

C. É indispensável a intimação das partes para a prática de atos processuais, mesmo quando exista calendário fixado de comum acordo com o juiz.

D. Autoriza-se o lançamento de cotas marginais ou interlineares nos autos, desde que devidamente identificadas.

4. Considerando as disposições contidas no Código de Processo Civil sobre os atos do julgador, de primeira ou de segunda instância, marque a alternativa incorreta:

A. O acórdão é o ato pelo qual o Tribunal se manifesta, de forma colegiada, no julgamento que é de sua competência.

B. A sentença é o ato pelo qual o julgador de primeira instância pode proferir decisão extintiva da ação, julgando o seu mérito.

C. O despacho é o ato pelo qual o julgador profere comando ordinatório para a movimentação do processo.

D. A decisão interlocutória é o pronunciamento judicial que pode ter cunho decisório ou não, neste caso, servindo apenas para o impulso do processo.

5. Quanto aos pronunciamentos do juiz, é correto afirmar, exceto:

A. Consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.

B. São despachos os pronunciamentos do juiz praticados exclusivamente a requerimento da parte.

C. Acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais.

D. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão assinados pelos juízes.

- 6.** Segundo as regras da publicidade dos atos processuais, a consulta dos autos em cartório, de processo que não tramite em segredo de justiça:
- A. É permitida a qualquer pessoa, inclusive da imprensa.
 - B. Pode ser feita apenas por advogados, constituídos ou não por qualquer das partes.
 - C. Não pode ser deferida a terceiro sem interesse jurídico no processo.
 - D. É restrita a qualquer das partes e seus procuradores.
 - E. Só pode ser deferida, para quem não for parte ou advogado, pelo juiz.
- 7.** Os atos processuais do juiz:
- A. Precisam ser provocados pelas partes.
 - B. Consistirão em sentenças, decisões ordinatórias e despachos.
 - C. Precisam conter relatório, os fundamentos e dispositivo, se consistentes em sentença.
 - D. Podem ser praticados pelo escrivão, sem exceção, desde que revistos pelo juiz.
 - E. Se limitam a resolver questões incidentes no curso do processo.
- 8.** O réu poderá oferecer a contestação, a exceção e a reconvenção, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, no prazo de:
- A. Cinco dias.
 - B. Dez dias.
 - C. Quinze dias.
 - D. Trinta dias.
- 9.** De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, é correto afirmar, no tocante aos prazos processuais, que:
- A. devem eles ser contados em dias corridos.
 - B. o ato processual praticado antes de seu termo inicial deve ser reputado intempestivo.
 - C. salvo disposição em contrário, são eles contados incluindo-se o dia do começo e o do vencimento.
 - D. não havendo regra legal ou prazo fixado pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática do ato a cargo da parte.
- 10.** Em relação aos meios alternativos de resolução de conflitos:
- A. O conciliador é o terceiro que, na audiência de conciliação, auxilia as partes para a resolução do conflito e poderá sugerir soluções para o litígio.
 - B. O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, auxilia as partes e poderá sugerir às partes soluções para o litígio.
 - C. A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, imparcialidade, formalidade, excepcionalidade, entre outros.
 - D. Apesar do estímulo à autocomposição trazido no novo Código de Processo Civil, fica a cargo dos Tribunais de Justiça dos Estados decidir se criarão ou não centros judiciários de solução consensual de conflitos.
- 11.** Não se considera inepta a petição inicial quando:
- A. Contiver pedidos compatíveis entre si, estruturados com os fundamentos de fato e de direito.
 - B. Não houver pedido ou causa de pedir.
 - C. Da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
 - D. O pedido for indeterminado.

12. Em relação ao novo Código de Processo Civil:

- A. O réu poderá oferecer contestação, por petição e através de advogado, no prazo de dez dias.
- B. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, inclusive quando houver pluralidade de réus e somente um deles contestar a demanda.
- C. O ônus da prova caberá sempre ao autor da ação, que é quem está pleiteando algo, não sendo possível a inversão do ônus da prova ao réu.
- D. O juiz não resolverá o mérito quando o processo ficar parado mais de um ano por negligência das partes ou quando reconhecer a existência de preempção, litispendência ou coisa julgada.

13. Assinale a alternativa correta:

- A. Os atos e os termos processuais dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente a dispensar, considerando-se válidos os que, realizados de outro modo, lhe preenchem a finalidade essencial.
- B. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça somente aqueles que em que o exija o interesse público ou social.
- C. Os atos processuais realizar-se-ão ordinariamente na sede do juízo, ou, excepcionalmente, em outro lugar em razão de deferência, de interesse da justiça, da natureza do ato ou de obstáculo arguido pelo interessado e acolhido pelo juiz.
- D. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 19 (dezenove) horas. Serão concluídos após as 19 (dezenove) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

14. Sobre as normas fundamentais do processo civil:

- A. Houve, ao longo do tempo, uma evolução no pensamento do processo civil, podendo-se falar, atualmente, na existência de uma constitucionalização do direito processual civil, em que o processo é interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição Federal.
- B. As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- C. Atualmente, é também exigido das partes que estas se comportem de acordo com o princípio da boa-fé, mas não precisam necessariamente cooperar entre si visando à uma solução de litígio, visto que elas estão em lados opostos da demanda e, por isso, possuem, também, interesses opostos.
- D. A arbitragem ainda não é permitida na legislação processual civil brasileira, existindo como meios alternativos de resolução de conflitos a conciliação e a mediação.

15. O Código de Processo Civil de 2015 buscou combater o excesso de formalismo que existia nos diplomas processuais que o precederam, corroborando a máxima doutrinária de que o processo não é um fim em si mesmo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A. Podem as partes, independentemente da aquiescência do juiz da causa, fixar calendário para a prática de atos processuais.
- B. Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.
- C. Caso verifique a ocorrência de vícios sanáveis ou de irregularidades no processo, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a dez dias.
- D. Verificando que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, o juiz deverá indeferir-la e extinguir o processo sem resolução do mérito.

16. Se ocorrer o falecimento do único advogado do réu, o juiz determinará que este constitua novo mandatário no prazo de 15 dias. Decorrido esse prazo sem a constituição de novo mandatário, o juiz

- A. Suspenderá o processo pelo prazo de 1 ano.
- B. Extinguirá o processo sem resolução de mérito.
- C. Nomeará outro advogado para o réu, apesar de não ser beneficiário da Justiça Gratuita.
- D. Ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu.

17. São condições para o regular exercício da ação:

- A. Legitimidade *ad causam* e demanda regularmente formulada.
- B. Interesse, legitimidade *ad causam* e demanda regularmente formulada.
- C. Legitimidade *ad processum* e possibilidade jurídica do pedido.
- D. Possibilidade jurídica do pedido e competência do juízo.
- E. Legitimidade *ad causam* e interesse de agir.

18. Tendo-se iniciado o prazo de quinze dias para contestar uma demanda, o réu apresentou contestação no oitavo dia do prazo. Porém, no décimo quarto dia do prazo, optou o demandado por protocolizar uma nova peça contestatória, nela deduzindo linha defensiva essencialmente diversa daquela exposta em sua primeira peça. Nesse cenário, deve o juiz:

- A. Receber a segunda contestação, já que ofertada ainda dentro do prazo legal.
- B. Receber a segunda contestação, em observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- C. Deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão lógica.
- D. Deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão consumativa.
- E. Deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão temporal.

19. Sobre a gratuidade dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- A. As multas processuais impostas ao beneficiário estão afastadas pela gratuidade concedida.
- B. Vencido o beneficiário na ação, este não será condenado nas obrigações decorrentes da sucumbência.
- C. A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais.
- D. O direito à gratuidade se estende ao sucessor do beneficiário em caso de seu falecimento.
- E. A assistência de advogado particular impede a concessão do benefício da gratuidade.

20. Sobre a forma dos atos processuais, é correto afirmar que

- A. O documento em língua estrangeira poderá ser juntado aos autos independentemente de tradução em língua portuguesa firmada por tradutor juramentado.
- B. É possível lançar nos autos físicos cotas marginais e interlineares às quais o juiz mandará riscar quando não tiver autorizado, impondo, inclusive, multa de até um salário-mínimo vigente a quem as fez.
- C. Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho e devem ser revistos pelo juiz da causa.
- D. De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para prática dos atos processuais, quando for o caso.
- E. O direito de consultar os autos do processo que tramita em segredo de justiça e de pedir certidões é restrito aos advogados das partes, pois somente esses possuem capacidade postulatória.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

1. Em relação à família, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, estão corretas as seguintes proposições, exceto:

- A. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.
- B. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- C. Entende-se também por família extensa ou ampliada aquela que se estende além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por amigos próximos, com estreito vínculo de afinidade ou afetividade com a criança ou adolescente.
- D. É dever, entre outros entes, da família, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, como, por exemplo, dos direitos referentes à vida, à saúde e à educação.

2. Não constitui motivo a ensejar a aplicação de alguma medida de proteção em favor da criança ou do adolescente:

- A. A falta de condição financeira dos pais.
- B. A ameaça ou violação aos seus direitos decorrentes de omissão ou de abuso dos pais ou responsável.
- C. Não frequência escolar.
- D. Violação de seus direitos em razão da própria conduta, como no exemplo de adolescente usuário de substâncias psicoativas.

3. José e Marcos vivem em união estável e decidem adotar uma criança. Para tanto, vão até o Juízo da Infância e da Juventude, recebendo a seguinte orientação sobre a habilitação de pretendentes à adoção prevista no ECA:

- A. Somente serão habilitados para adoção de criança ou adolescente com deficiência ou doença crônica.
- B. Um se habilita e, após a adoção, o outro ingressa com pedido de adoção unilateral.
- C. É vedada a adoção conjunta por pessoas que vivem em união homoafetiva.
- D. Não poderão se habilitar, pois apenas os casados podem adotar conjuntamente.
- E. Poderão ser habilitados para adoção, conjuntamente, mesmo que vivendo em união estável, sem serem casados.

4. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 28, a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção. Assinale a alternativa incorreta:

- A. Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- B. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, com exceção aos direitos sucessórios, que possuem algumas diferenças entre filhos biológicos e adotados.
- C. Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- D. Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.

5. Sobre as medidas de proteção à criança e ao adolescente, assinale a alternativa correta.

- A. A colocação em família substituta será determinada pelo Conselho Tutelar, independentemente de autorização judicial.
- B. A instituição de acolhimento é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.
- C. A aplicação de medidas protetivas não leva em conta a existência de situação de risco social ou pessoal a criança ou adolescente.
- D. Compete exclusivamente ao Ministério Público determinar a aplicação de medidas protetivas.

6. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, qual das alternativas abaixo melhor define criança e adolescente?

- A. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade;
- B. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos e adolescente aquela entre doze e vinte e um anos de idade incompletos;
- C. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade incompletos;
- D. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- E. Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade completos e adolescente aquela entre treze e vinte e um anos de idade completos;

7. "A criança e o adolescente têm direito à _____ como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. " (Art. 15, ECA)

A lacuna fica corretamente preenchida por:

- A. Liberdade, à promiscuidade e ao acautelamento.
- B. Servidão, ao despreço e à dignidade.
- C. Liberdade, ao respeito e à dignidade.
- D. Vigilância, ao acautelamento e à atenção.
- E. Servidão, ao apreço e à atenção.

8. Joana, ao sair de casa para ir trabalhar, se depara com um recém-nascido dentro de uma caixa de papelão deixado em frente ao portão de sua casa, o segura no colo, lhe provém os primeiros cuidados e, então, chama a polícia, que dá o encaminhamento legal ao bebê, sendo este acolhido e iniciado um processo na Vara da Infância e da Juventude em relação a ele. Neste caso concreto, é correto afirmar:

- A. O bebê poderá, após o processo, ser adotado por Joana, se esta apresentar condições para adoção, pois, apesar de não estar legalmente habilitada perante a Vara da Infância para adoção, se encaixa em uma das exceções do ECA (artigo 50, §13º). Isso porque houve um vínculo entre as partes e há indícios de que era vontade da genitora deixar o bebê com Joana, visto que deixou a caixa de papelão em frente ao portão de sua casa.
- B. Joana, mesmo não sendo da família, pode permanecer com a criança desde logo, sem precisar esta ser acolhida, visto que a medida de acolhimento institucional é excepcional e prejudicial ao bebê, só aplicada quando necessário, o que não resta configurado neste caso.
- C. Joana, apesar de ter encontrado a criança antes de outra pessoa e ter se vinculado rapidamente a ela, não pode adotá-la, pois este vínculo é frágil, tanto que, da parte da criança, nem houve vínculo, pela sua tenra idade. O bebê deve ser acolhido, ter processo ao seu favor e, após concluído, ser encaminhado à adoção por pessoa habilitada para adoção perante a Vara da Infância e da Juventude.
- D. É aconselhável que Joana permaneça com a criança, pois a encontrou abandonada, e a registre como se sua filha fosse, perante cartório extrajudicial, economizando tempo e um processo judicial.

9. No curso de processo de adoção de criança ou adolescente, o casal adotante se divorcia. Nesse caso, é correto afirmar que a adoção:

- A. Poderá ser deferida, exceto se o estágio de convivência se realizar com um dos cônjuges, após pareceres favoráveis das equipes técnicas da área de psicologia e de assistência social.
- B. Poderá ser deferida, autorizando-se a guarda compartilhada, desde que demonstrado efetivo benefício ao adotando.
- C. Poderá ser deferida, dispensando-se o estágio de convivência a partir da homologação do divórcio, da separação judicial ou da união estável.
- D. Não poderá ser deferida, caso em que fica assegurada ao adotando a imediata colocação em programas de acolhimento familiar, bem como em cadastros estaduais e nacional de crianças e adolescentes em condições de serem adotados.

10. Compete ao Conselho Tutelar:

- A. Receber as comunicações dos dirigentes de estabelecimento de ensino fundamental a respeito de maus-tratos envolvendo alunos e encaminhá-las ao Ministério Público.
- B. Colocar em família substituta a criança ou o adolescente que se encontre abandonado ou em situação de perigo.
- C. Promover a oitiva informal do adolescente apreendido em flagrante de ato infracional e em seguida encaminhá-lo à autoridade policial competente.
- D. Exortar os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental à realização de recenseamento periódico dos educandos.